

A ESQUERDA E OS IMPASSES DA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA NO PÓS-GUERRA (1945-1946)

Evaristo Giovannetti Netto
Faculdade de Belas Artes de São Paulo

RESUMO

Procura-se neste artigo revisitar e analisar criticamente o quadro político do pós-guerra, contrapondo o projeto democratizante varguista em que se insere o PCB ao projeto elitista e excludente proposto pelos liberais opositores do Estado Novo. Dessa maneira, devemos dimensionar os efeitos da deposição de Getúlio Vargas sobre os rumos da democratização e os limites em que se circunscreveu a autonomia da Assembléia Constituinte de 1946 e, dentro e fora dela, da ação dos comunistas e seus embates com outros agrupamentos de esquerda.

PALAVRAS-CHAVE: *poder constituinte; democracia; esquerda; socialismo; autoritarismo.*

I. INTRODUÇÃO: MEIO SÉCULO DEPOIS DA CONSTITUINTE SEM GETÚLIO

Passados cinquenta anos desde os sucessos que culminaram no golpe de 29 de outubro de 1945, que apeou Getúlio Vargas do poder e resultou na realização de eleições para a Presidência da República e para a Assembléia Constituinte, sua ulterior instalação e promulgação da Carta Constitucional de 18 de setembro de 1946, sob cuja égide viveríamos quase dezoito anos, podemos — já um tanto distanciados das lutas que assinalaram o esforço de reconstrução da ordem democrática — dimensionar e qualificar o sentido daqueles fatos, sem deixar, naturalmente, de considerar os sucessivos espasmos e infortúnios da acidentada vida política brasileira nos anos que se seguiram.

Se, de um lado, vivemos sob a democracia populista lutas que fizeram aflorar com maior vigor demandas populares até então reprimidas e que expuseram à luz as agudas contradições vividas e sofridas pela sociedade brasileira; se, ainda, vivenciou-se um período de progresso que não se fez acompanhar de um equivalente melhoramento da qualidade de vida para a maioria da população e que pôs em evidência a sangria de nossas riquezas — a ponto de percebermos que o trabalho de nosso povo engendrava sua própria miserabilidade, mantendo inalterados e

até agravados muitos dos indicadores sociais — por outro lado, viveu-se uma instabilidade política crônica que tornava sempre visíveis e presentes nos horizontes da política, os riscos de crise, ruptura institucional, golpes e pronunciamentos militares, sem esquecer a dificuldade de levar avante mudanças estruturais capazes de fazer a democracia expressar-se na realidade concreta.

Os fatos que pontuam a crise da democracia restrita, autoritária e populista são bastante conhecidos, mas nem por isso devem ser omitidos, pois a lembrança deles expõe as contradições e as ambigüidades que vicejaram nos vãos e desvãos do regime de 1946.

É oportuno lembrar as arbitrariedades que assinalaram o governo de Eurico Dutra, entre elas, o processo que resultou na cassação do registro do Partido Comunista, fato que por si só dava a justa medida e os contornos precisos da democracia que se tentava construir; o golpe de agosto de 1954, que culminou com o suicídio de Vargas e as intervenções militares que se seguiram; as revoltas de Jacareacanga e Aragarças, já em pleno governo Juscelino Kubitschek; os impasses que se seguiram à renúncia de seu sucessor e que alimentaram um clima de permanente instabilidade e radicalização ao longo do acidentado e inseguro governo de João Goulart,

para não falar da prolongada ditadura militar que se abateu sobre o país por mais de vinte anos e do penoso e sofrido esforço de abertura política lenta e gradual que se seguiu.

Assistiu-se, no curso desse período, ao declínio e colapso do populismo e a subsequente exacerbação do autoritarismo; viveu-se as primícias da volta à democracia e de uma convivência que se esperava civilizada. A realidade, entretanto, mostrou-se com outra fisionomia e, depois de longa travessia, a democracia a que chegamos pelas mãos de Tancredo Neves, em relação à qual se alimentara tantas expectativas, pôs à mostra suas contradições, sacudida por incontáveis solavancos e crises que, se de um lado, revelavam a fragilidade e ambigüidade da aliança que assegurara a eleição de Tancredo e a posse de José Sarney, por outro punha à mostra os equívocos de um modelo de desenvolvimento que engendrou verdadeiras injustiças e discrepâncias sociais que estamos ainda longe de superar.

Somaram-se às decepções que viram a democracia, mais uma vez renascida, debater-se em sucessivas e prolongadas crises econômicas que afetavam a vida quotidiana de milhões de brasileiros; lançaram-nos no desespero e tornaram-nos presa fácil de um populismo redivivo, de caráter e corte bonapartista, tão bem caracterizado na figura e nos gestos histriônicos, bem como nas propostas de Fernando Collor.

E mais uma vez viveu-se a experiência amarga de ver o regime que sinalizava expectativas para tantos segmentos sociais, servir de biombo para políticas impopulares, homologadoras do neo-liberalismo e que não poupam sequer aquelas conquistas que se imaginara consolidadas, para não falar nos índices de desemprego, na marginalização de um número cada vez maior de brasileiros, no esgarçamento do tecido social que expõe as pústulas da miséria extrema que ao longo de cinco décadas, nem a democracia, do modo como foi entendida e praticada, tampouco a ditadura, nas diversas formas que se revestiu, lograram redimir, sequer minorar.

A esquerda brasileira não foi refratária a todos esses percalços e, em condições muitas vezes extremamente desfavoráveis, premida pela repressão e mantida sob vigilância e suspeição

— que sobreviveram a todos os governos, com muitos dos seus quadros abatidos ou postos fora de circulação e seus militantes perseguidos e constrangidos — formulou interpretações acerca da realidade política, social e econômica, produziu análises de conjuntura, realizou conferências nos porões da clandestinidade, imprimiu jornais através dos quais fez sua propaganda e divulgou seus manifestos e programas, logrando exercer poderosa influência sobre amplos setores da intelectualidade.

Estes dez lustros que se contam a partir da redemocratização de 1945/46, nos colocam em situação bastante privilegiada para rever e pensar criticamente o posicionamento da esquerda brasileira e sua contribuição para assegurar, nos marcos do período final da Segunda Grande Guerra e do período que se segue à vitória dos Aliados, o êxito de uma difícil travessia e de uma delicada operação política, bem como dos equívocos e vacilações que teria cometido, deixando-se aprisionar com muita frequência numa espessa teia de enredamentos.

Por certo, temperados que estamos por tantas experiências e considerando a violência que se abateu sobre as organizações de esquerda ou o desgaste a que não escaparam ao participar do processo político — institucionalizando-se, ainda que por curto espaço de tempo, ou optando por alternativas políticas para cuja formulação não haviam contribuído, ou ainda deixando-se seduzir pela facilidade de sobrevivência e organização a partir de espaços que procuraram ocupar no aparato burocrático do Estado, notadamente na estrutura sindical — temos mais clareza com relação a muitas questões que permearam desafiadoramente a experiência política dos últimos dois decênios.

Essas questões, de alguma forma, já estavam contidas, em embrião, nas lutas e debates que se travaram nos sete meses e dezesseis dias de trabalho da Assembléia Constituinte de 1946 e que estão grafados tanto nos “*Anais*” e nos “*Diários*” da Assembléia, em cujas páginas ressoam ainda aquelas vozes, como também no resultado final da Constituição de 1946, ou ainda nos documentos que o PCB e os agrupamentos de esquerda lograram produzir e que este artigo tem por finalidade examinar.

II. O PCB E A LUTA PELO ESPAÇO POLÍTICO NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO PÓS-GUERRA: O APELO À UNIÃO NACIONAL E A ALIANÇA COM VARGAS

Ao longo de toda a Primeira República estiveram sempre ausentes ou sob forte interdito as práticas democráticas e o exercício efetivo dos direitos políticos e civis. Por sua vez, a modernização conservadora que se opera no pós-30 e continua até a primeira metade dos anos 40, não faz por ocultar um forte e pronunciado viés autoritário. Assim, é somente a partir da distensão provocada pelas primeiras vitórias das Forças Aliadas contra o fascismo na Segunda Grande Guerra e nos anos que se seguem ao término do conflito, que as demandas por democracia e participação e os esforços desenvolvidos para viabilizar algum tipo de transição para um regime democrático se impõem — a despeito de todas as resistências e vacilações — desafiando a um só tempo os liberais e o conjunto de grupos e correntes que, mesmo desarticulados, compunham o espectro das esquerdas, para não falar nas forças e grupos que deram sustentação ao regime autoritário de Vargas e buscavam alguma fórmula pela qual pudessem preservar pelo menos parte do poder.

Os primeiros — e os próprios trabalhos desenvolvidos pela Constituinte o demonstram cabalmente — não se permitiam pensar a democracia senão por oposição a um regime varguista que abominavam e, por conseguinte, dentro de limites estreitos que não extrapolavam o formalismo, seja obstaculizando todas as formas de ampliação da participação popular que não fosse o cumprimento do rito eleitoral, seja promovendo as garantias constitucionais de todas as salvaguardas garantidoras da ordem, do direito de propriedade e dos interesses privados.

Decorre disso o fato de que a idéia de democracia que circula fica sempre muito aquém da realidade concreta tal como se expressa na vida cotidiana. Ela não consegue cumprir em nenhum momento as esperanças que consegue despertar e com frequência acoberta uma espessa rede de interesses, preservando uma estrutura burocrática impermeável às demandas populares que — amiga da rotina — obstaculiza qualquer esforço conseqüente de colocar nos horizontes

da política a possibilidade efetiva de — pela ação das massas — operarem-se as grandes transformações e mudanças que começam a frequentar de modo mais amiúde o debate político.

Em lúcido texto produzido nos idos de 1972, para um seminário sobre modelos e indicadores do desenvolvimento nacional na América Latina, realizado no Rio de Janeiro — e que por muitos motivos é pertinente retomar — o sociólogo Fernando Henrique Cardoso reconhecia a inapetência dos liberais em assumir os riscos da democracia e o ônus do liberalismo:

“Seria fastidioso relembrar os momentos em que, derrubados regimes ou governos considerados pelos liberais como autoritários [como o de Vargas em 45] ou burocrático-populistas [como o de Vargas em 54 e Goulart em 64], eles próprios foram os primeiros a apelar e confiar na qualidade mediadora das Forças Armadas e do Estado — e em sua capacidade repressiva — reforçando, assim, na prática, a concepção do Estado protetor [...]. Isso levava a crer que a crítica autoritária à liberal democracia e, com igual razão, a crítica da esquerda, encontram pelo menos no Brasil, fundamento nas coisas. O ‘idealismo’ das Constituições, a prevaricação quotidiana dos ideais para a manutenção de uma parcela de poder, caracterizam o liberalismo caboclo. Liberalismo castrado, porque temeroso quase sempre da liberdade, da organização efetiva da sociedade civil e da participação” (CARDOSO, 1975: 177).

Despojada de qualquer acento revolucionário, minada por uma composição fortemente conservadora em que predominam o PSD e a UDN (cuja maioria fora garantida pela sujeição do eleitorado do interior aos chefes eleitorais e pelos vícios do processo eleitoral), a Constituinte assegura o espaço político onde se opera o novo remanejamento institucional. Revela-se também um canal bastante seguro pelo qual se reorganiza e redimensiona o ordenamento civil e político a partir do qual os antigos instrumentos de coexistência política dos grupos dominantes conceberam novas modalidades e fórmulas de dominação.

As linhas de continuidade que mesmo as forças de esquerda não lograram romper e, em alguns casos, ajudaram a preservar — sucumbindo aos valores e práticas dos grupos dominantes — amarraria as crises e golpes pelo lado de dentro, assegurando os instrumentos de con-

trole político e a utilização da imaginação política para criar todo tipo de anteparos que revelam, sobretudo, o triunfo do elitismo, da conciliação e da tendência para as grandes armações e arranjos de cúpula.

Volatiliza-se muito cedo a vã expectativa de “*passar a nação a limpo*” e “*virar uma página da História*”, posto que o proscênio político é ocupado majoritariamente por forças que privilegiam a recomposição das classes, modelam as instituições, redefinem o lugar de cada um no conjunto da sociedade e dimensionam o modo como poderão se expressar, dentro do Estado, os interesses e conflitos da sociedade civil.

As mudanças que se operam no quadro do pós-guerra; a natural abertura para o debate que precede e acompanha o processo constituinte de meados dos anos 40 e o agravo representado pelo golpe de outubro de 1945 — ao reverter o processo democratizante levado a cabo por Getúlio Vargas e entregar a presidência a um magistrado de perfil udenista (José Linhares) —, inverteram os sinais da democratização, no sentido de operá-la com um mínimo de participação e envolvimento popular, e desafiam, por outro lado, a capacidade da esquerda de formular alternativas.

Coube naturalmente ao PCB tomar a iniciativa, já nos primeiros anos da década de 40, de firmar posições diante do conflito europeu e frente ao governo ditatorial de Vargas. O Partido, que havia se desagregado com a prisão dos membros do Comitê Regional de São Paulo (em maio de 1939) e do Comitê Central (em abril do ano seguinte), estava desarticulado e a precária comunicação entre os núcleos que sobreviveram (alguns em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia e outros no exílio), é premido pela internacionalização do conflito, passando de um neutralismo resultante do Pacto Germano-Russo de 1939 para uma posição de luta contra o fascismo, exigindo a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, aos quais se incorporava agora a União Soviética — cuja fronteira fora violada pelas tropas nazistas em junho de 1941 — e os Estados Unidos, depois do ataque à base norte-americana de *Pearl Harbour*.

Abre-se, por conseguinte, a discussão sobre o posicionamento diante da realidade política

interna brasileira, prevalecendo, embora não sem fissuras e desconfortos de natureza diversa, a tese esposada pelos grupos da Bahia e do Rio de Janeiro, este último chamado Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). A CNOP, mais próxima do pensamento de Prestes, defendeu a União Nacional contra o inimigo externo e, contrariamente aos demais grupos, propunha também que essa união se reproduzisse internamente em torno do governo de Getúlio Vargas¹.

Esta posição acabaria ratificada pela Conferência da Mantiqueira (agosto de 1943), num cenário em que a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados (31/8/1942), ao mesmo tempo em que reforçava o prestígio pessoal de Vargas, acelerara consideravelmente a decomposição do regime, estimulando, a partir do segundo semestre de 1943, uma posição mais conseqüente e crítica contra o regime.

Os sinais de mudança da ordem institucional se tornam cada vez mais visíveis e a leitura levada a cabo pela direção partidária suscita até hoje debates e controvérsias nos quais estiveram envolvidos, entre outros: Francisco Weffort, Octávio Ianni, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Luiz Werneck Vianna, Arnaldo Spindel e Silvio Frank Alem. Sob diferentes perspectivas, esses autores não escaparam às questões centrais que buscam compreender e explicar a política de sinais trocados levada a termo pelo PCB sob a influência da CNOP e de Prestes,

¹ O posicionamento diante do Estado Novo colocava uma questão de ordem tática que dividiu o PCB, então em processo de organização em três grupos que defendiam posições distintas. O primeiro grupo, minoritário, expressava-se pela voz de Paulo e Pedro Mota Lima, que defendeu a dissolução do PCB como partido, seguindo o exemplo de Stalin, que extinguiu a Internacional Comunista em maio de 1943; ao mesmo tempo, brandiam o argumento de que os comunistas deviam cerrar fileiras com o povo e o governo Vargas, favorecendo assim a participação ativa do Brasil na guerra contra o fascismo. O segundo grupo reunia os paulistas, tendo a frente Caio Prado Jr., que apoiava a União Nacional contra o inimigo externo, mas recusava o apoio a Getúlio Vargas, entendendo a luta contra o fascismo e contra a ditadura interna como partes de um mesmo processo e, portanto, indissociáveis.

quais sejam: o caráter dessa aliança, a posição e expectativa dos atores e o modo como incidiu sobre o processo de democratização.

A esquerda teve que se haver com a necessidade de considerar as mudanças ocorridas no interior da sociedade brasileira, as crises que acompanharam sua evolução desde os anos 20 e não escapou, no vértice da transição política que se operava, daquele dilema que Octávio Ianni considera, entre todos, o mais geral, qual seja: ou aprofundar as rupturas até as últimas conseqüências, a ponto de desencadear a revolução (para o que deveria buscar o apoio do operariado urbano) ou ceder às contingências de um processo reformista, como principal artifício tático (IANNI, 1978: 92) transformando-se, então, no nosso modo de ver, em canal condutor e auxiliar da democratização pelo alto.

E mais: os comunistas do PCB tiveram que articular um discurso que expressava uma visão cândida do mundo e da política internacional que sequer considerava — como ressalta Silvio Frank Alem — as condições que permeavam a aliança urdida contra as forças do Eixo e que ocasionalmente, e premidos pela necessidade, aproximavam, mais que uniam, a União Soviética e os Estados capitalistas (ALEM, 1980: 140).

Definia-se a *linha justa* de União Nacional e reconhecia-se a liderança de Luís Carlos Prestes que, em agosto de 1945 afirmava: “A colaboração entre as três grandes democracias é tão possível nos dias de hoje quanto já o foi para a guerra e para a vitória” [...]. E acrescentava que “[...] o próprio caráter democrático dos maiores países capitalistas, onde se concentra o grande capital financeiro, enfraquece a catadura reacionária e colonizadora do imperialismo, abrindo para os povos dependentes novas perspectivas mais promissoras no caminho da luta pela emancipação nacional” (*apud* CARONE, 1982: 47).

O PCB, que fora praticamente dizimado pelos órgãos de repressão do regime autoritário varguista, reestruturou-se sob a liderança de Prestes e logrou num curtíssimo espaço de tempo — de março de 1945 a maio de 1947 — transformar-se numa organização de massas. Ao longo desse período — observa Dulce Pandolfi — “Prestes deteve o monopólio da palavra dos

comunistas brasileiros” sendo o único porta-voz do Partido (PANDOLFI, 1995: 133) e objeto de um culto que o colocava acima das críticas.

Assim, a tese da União Nacional, que teve nele sua principal expressão e mais poderosa voz, acabou encampada pelo PCB em 1943, até porque se coadunava perfeitamente com a palavra de ordem brandida pelo PCUS e com os desígnios do então denominado “*guia genial dos povos*”, que exortava ao apoio a todos os governos que haviam declarado guerra aos países do Eixo.

Em maio de 1945 Prestes falara ao povo no Estádio São Januário (23/5/45), onde festejava a anistia, que considerava conquista do povo, mas obra também do governo, que “[...] dando volta atrás nas suas tendências inaceitáveis para o povo, vencendo dificuldades mil criadas sempre pelos reacionários que o comprometiam e que, infelizmente em grande parte ainda o comprometem, preferiu ficar com o povo — cortar relações com o Eixo, declarar-lhe guerra, estabelecer relações com o governo soviético e finalmente abrir as prisões e revogar na prática as restrições à democracia mais sensíveis do nosso povo” (*apud* CARONE, 1982: 26).

No mesmo ato, o líder do PCB, justificava a defesa da democracia contra a qual investiam antes, posto que a consideravam “aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista”. Agora, o problema adquiria novos contornos e Prestes via a democracia burguesa voltar-se para a esquerda, abrindo à classe operária a possibilidade de aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com a parte democrata e progressista da burguesia nacional, contra a minoria reacionária e a parte reacionária do capital estrangeiro (CARONE, 1982: 29).

O PCB emerge então como defensor da ordem e da lei e, pela palavra de Prestes estende “[...] a mão a todos os homens honestos, democratas e progressistas sinceros, seja qual for a sua posição social, assim como seus pontos de vista ideológicos ou filosóficos e seus credos religiosos” (*apud* CARONE, 1982: 31).

Torna-se, ainda, arauto da União Nacional

visando a solução dos problemas econômicos e sociais e a travessia, através de eleições, para a reconstitucionalização — via Constituinte.

Na falta das mais elementares condições objetivas e subjetivas para uma revolução socialista, a União Nacional preconizada pelo partido de Prestes, não prescindia da presença de Getúlio Vargas, como peça importante do tabuleiro político. A aliança que se estabelece entre ambos permitia a aproximação de interesses que poderiam sobreviver à conjuntura e que se procurava alimentar, posto que abria alguma possibilidade de acesso ao poder ou a parcelas deste, que os comunistas em nenhum momento parecem ter deixado de considerar. “O PCB [ressalta Arnaldo Spindel] necessitava reforçar seus liames com a massa que pretendia representar e legitimar-se no interior do sistema político. Isto só seria possível desde que conseguisse entrar na partilha dos bens distribuídos pela estrutura burocrática, neste caso pela estrutura sindical getulista” (SPINDEL, 1980: 54).

Por exclusão, um partido, que fora alvo das forças repressivas desde sua fundação, só poderia optar por um caminho que lhe permitisse reorganizar-se, articular-se com os trabalhadores urbanos, falar para um conjunto mais amplo da população — para o que organizaram os Comitês Democráticos Populares, poderosa alavanca de inserção social — e, ao mesmo tempo, obter espaços no aparelho de Estado que lhe facilitassem essa tarefa.

Esse caminho era o da aliança com Vargas, visando a redemocratização.

“A Constituinte com Vargas [dirá Vianna], uma forma particular de redemocratização pelo alto, consistia na tentativa política de prosseguir na construção desses propósitos [ou seja, restaurar o constitucionalismo liberal de tal modo que ele fosse compatível com a pauta modernizante e o programa econômico do governo Vargas] sob o sistema representativo liberal, mantendo-se o primado do Estado na dimensão econômica” (VIANNA, 1978: 247).

O custo da política adotada desde a Conferência da Mantiqueira, implicou em articular um discurso no qual Estado e democracia constituem realidades e valores centrais, depois de uma trajetória histórica pontuada pela afirmação de uma teoria marxista-leninista da revolução,

mas que convivera com freqüência, com uma prática e posicionamento políticos em que estiveram presentes os influxos poderosos do tenentismo e, pelo menos uma vez, o levante armado (1935) e onde o elã revolucionário se subordinava a uma leitura stalinista sacralizada do panorama internacional.

Essa leitura, a partir da dissolução da Terceira Internacional, favoreceu a política de contemporização, sob o signo da ordem e da tranqüilidade, e sucumbiu às contingências da dinâmica interna e de uma política de alianças. Essa política, se de um lado, assegurou-lhe um momento de excepcional expressão política e organizativa, por outro, lhe impediu de ver com mais clareza a precariedade do quadro internacional e de se preparar para fazer frente às arremetidas dos vigilantes inimigos internos, cuja existência eles não tinham o direito de ignorar ou subestimar, dispersos um pouco por todos os partidos que tiveram assento na Assembléia Constituinte, no aparelho repressivo civil e militar e em outros segmentos da sociedade e que nunca haviam ocultado para com o Partido, uma atitude no mínimo inamistosa. Acrescente-se a todas essas dificuldades um pensamento e cultura marxistas extremamente vulnerável, precário e subordinado.

Ao se deter no cenário internacional, Florestan Fernandes percebe com clareza o que os comunistas, no centro dos acontecimentos, não conseguiram ver e ponderar:

“O fim da Segunda Grande Guerra delimita o início de uma nova era na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas, existem movimentos socialistas ascendentes. [...] Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para o “mundo capitalista”, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo” (FERNANDES, 1987: 253).

Os comunistas subestimaram os fortes tentáculos que os países capitalistas lançaram nos países periféricos e a teia de interesses que lograram enquistar e superpuseram à teoria marxista que deveria infundir suas análises e

definir suas estratégias e táticas, as análises de conjuntura que tinham por vetor os interesses do PCUS.

É verdade que a política de União Nacional produziu a curto prazo resultados auspiciosos, seja pelo empenho com que a militância se entregou ao trabalho de reorganização do partido, seja pela confiabilidade que inspirou ao brandir a senha “*ordem e tranqüilidade*”. Mas é verdade também que elidiu a centralidade da luta de classes, em nome do desejo explicitado por suas lideranças de participar de um governo popular, democrático e progressista, o que favorece a hipótese levantada por Fránk Alem, segundo a qual as pretensões do PCB não se circunscreveriam apenas ao controle do Ministério do Trabalho. Os comunistas acalentavam e buscavam com pertinácia uma associação no poder com Vargas (ALEM, 1980: 145).

Se nos meandros dessa política, através da qual o Partido ocupou quase todo o campo da esquerda, existia o forte propósito de fazer avançar as lutas democráticas a partir de postos-chave no aparelho burocrático do Estado ou simplesmente algum desígnio golpista, está fora do nosso alcance afirmar. Mas a favor da primeira alternativa é possível considerar os surpreendentes resultados que colhiam os comunistas em termos de crescimento organizacional e que culminariam na expressiva votação obtida por seus candidatos, bem como o relaxamento das medidas de segurança típicas do período de clandestinidade.

De uma forma ou de outra, os comunistas encamparam um discurso de acento populista e reproduziam práticas políticas que, ao conter o movimento sindical, punham para escanteio a agudização das contradições e das lutas de classe, para não falar na própria idéia de revolução, assumindo uma proposta não revolucionária de acesso ao poder a que faz referência Frank Alem, sobre a qual pesava o imperativo da *Constituinte com Vargas*, do qual esperavam os comunistas um convite, um chamamento à participação no governo (ALEM, 1980: 146).

A convocação não veio. Sobreveio o golpe. Sobrou então ao PCB, a alternativa de buscar nas urnas de 2 de dezembro, o respaldo e o

espaço político que lhe permitiria expressar-se a nível parlamentar e influir, como representante reconhecido do proletariado, no delineamento dos contornos da democracia que supostamente iria nascer a partir da Constituinte, mas da Constituinte com Dutra!

III. O PCB E A POLÍTICA DE UNIÃO NACIONAL SOB A MIRA DA OUTRA ESQUERDA

A defesa da União Nacional e da Constituinte com Vargas, aparte desconfortos, constrangimentos e inconformismos que o rigor da disciplina procurou conter e circunscrever — para não falar também da postura conciliatória nos conflitos entre capital e trabalho — pode não ter logrado o apoio dos setores dominantes que continuaram, como antes, acompanhando com desconfiança a evolução dos comunistas, mas logrou a hegemonia no campo da esquerda, alinhando-se às forças que buscavam responder aos acenos e atos concretos do Presidente Vargas e ao processo democratizante por ele encetado — na medida em que esse processo assegurava espaços e participação política para setores sociais que, até então, haviam sido sistematicamente excluídos — e opondo-se aos grupos que investiam contra a ditadura em nome de uma democracia liberal elitista que tinha por objeto imediato afastar Vargas do poder.

Naturalmente, o fato de que o crescimento do PCB tenha lhe garantido o papel de principal interlocutor da esquerda e de formulador de suas propostas políticas para a transição que se operava do regime autoritário para a democracia, não quer dizer que houvesse unanimidade no campo da esquerda.

Tanto isto é verdade que, por vezes, a reiteração de sua linha política se fazia acompanhar de uma forte investida que arrolava entre os inimigos do povo, todos aqueles que, no mesmo período, acusavam o partido de dividir as forças democráticas e questionavam as alianças que propunha. Como o fez Prestes no discurso de São Januário: “Lutamos e lutaremos pela unificação nacional e estenderemos a mão a todos os brasileiros, mas não fazemos cambalachos nem cederemos uma linha sequer aos desordeiros, aos golpistas, trotskistas e demais aventureiros a serviço do fascismo e dos piores inimigos

do nosso povo” (*apud* CARONE, 1982: 31).

O registro do PCB no Tribunal Superior Eleitoral é obtido em 10 de novembro de 1945, quando Vargas, deposto, já partira para São Borja e quando restavam menos de trinta dias para as eleições. Ruíra a possibilidade de uma aliança, até porque as candidaturas que se colocavam estavam longe de apresentar qualquer salvo conduto para a democracia de participação ampliada que se buscava e, mantido o calendário eleitoral, depois de estudar outras alternativas, o PCB acabou fixando-se no nome de Yedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis, ex-diretor do Departamento de Águas da Prefeitura do Rio de Janeiro, que não tinha grande expressão, sequer era comunista, mas era próximo de Vargas e foi lançado como candidato à Presidência da República.

Os comunistas, acostumados a um longo período de vida clandestina tiveram que viver cada qual a seu modo e, digladiando-se entre si, os impasses da legalidade. Cada escolha tinha seu preço, cada aliança um ônus, cada definição um inconveniente. Prestes e seus camaradas tiveram que responder ao desafio de construir um partido fundado em fortes liames com a classe operária, mas não restrito à defesa de seus interesses e capaz de abarcar as demandas de outros segmentos sociais.

Urgia, por conseguinte, deixar para trás — o que não era fácil — aqueles traços de sectarismo, fortemente incrustados no comportamento e nas práticas alimentadas e reproduzidas no período de isolamento e dos quais o próprio secretário-geral não terá logrado se livrar para o resto de sua vida. No afã de afastar todos os entraves para a legalização, apagaram-se até de seu estatuto as referências ao marxismo, ao comunismo, à ditadura do proletariado, para atender às exigências da Justiça Eleitoral de um lado, mas também para abrir as portas a adesões, sucumbindo ao cartorialismo, ainda que em sua vida ordinária continuasse orientado por um estatuto não-oficial que não se afastava das concepções leninistas. Dulce Pandolfi chama a atenção para o fato de que no período da legalidade foram relaxadas as normas de filiação e as fichas eram fartamente distribuídas nos logradouros públicos (PANDOLFI, 1995: 146).

Além da perplexidade que tal indicação acarretou, ela não uniu as esquerdas — antes provocou novas cisões e acirrou as antigas — mas não chegou a significar a contradição com a política de União Nacional a que se refere Dulce Pandolfi (1995: 143), posto que as condições para que esta se realizasse em torno de um candidato deixaram de existir com a queda de Vargas e, antes mesmo, o partido questionara aquelas candidaturas que se posicionavam, inclinando-se a apresentar candidato próprio, cujo perfil, em princípio, não contrariava a tese de União Nacional: tratava-se de um técnico, civil, não comunista. Trabalhava-se até com a hipótese de que ele pudesse receber o apoio de Vargas.

Coube a Silo Meireles, em longa Carta Aberta dirigida a Luís Carlos Prestes², contestar os termos em que o partido colocava a União Nacional e reclamar da falta de oportunidade de debater com maior amplitude e perante o maior número possível de companheiros, os princípios e razões em que se estribavam suas divergências com a direção partidária, a quem

² A carta de Silo Meireles foi redigida após malogrado encontro por ele articulado com o objetivo de aproximar Prestes e o Brigadeiro Eduardo Gomes. Segundo o historiador Hélio Silva, Prestes, que trouxera da prisão um radicalismo que dificultava qualquer entendimento, não deixou ninguém falar, sendo que alguns pecebistas, entre os quais Silo Meireles, esgotadas as possibilidades de entendimento, passaram a apoiar a candidatura de Eduardo Gomes (SILVA, 1976: 199). Em depoimento concedido a Denis de Moraes e Francisco Viana em 1981, e que tomou a forma de livro no ano seguinte, Prestes rememora o encontro da seguinte forma: “Foi um encontro muito constrangedor. Lá estavam Gomes e Juarez Távora numa situação bastante difícil. Eles tinham apoiado o Estado Novo e tiveram promoções durante todo o período. O brigadeiro, agora, estava contra Getúlio. Eu tinha sido perseguido o período inteiro. Sofri muito. [...] Mas apesar de tudo isso, eu estava numa posição completamente diferente da deles, que, de uma hora para outra, tinham virado democratas e só pensavam em golpe. É claro que o partido apoiou Getúlio, mas nunca fizemos acordo com ele. Éramos aliados tácitos. Não o hostilizávamos porque ele estava garantindo as eleições, liberdade de imprensa e liberdade para organização do partido” (*apud* MORAES e VIANA, 1982: 103/4).

atribuía a responsabilidade pelo afastamento de comunistas provados e combativos.

“Que União Nacional é essa [questiona Meireles] que não possui capacidade nem plasticidade bastantes para poder abarcar, em seu seio, num vasto conagraçamento de esforços democráticos, os soldados que mais se bateram no sentido de levar o Brasil a ocupar o seu posto ao lado das Nações Unidas [...]”³. Que estranha União Nacional é essa, por fim, cujos arautos culminam em inabilidade e opiniática rigidez política, permitindo-se apresentar 15 dias apenas antes do pleito eleitoral, uma candidatura ao elevado posto de Presidente da República, de um homem que, competente que seja no domínio da técnica, não possui evidentemente, as credenciais indispensáveis e necessárias para promover, em redor de sua pessoa, por cima das paixões e restrições partidárias, a União Nacional que o povo brasileiro reclama? [...] Em face do que em sã consciência política e revolucionária, poderíamos responder a cada uma delas, tenho firmemente para mim que um proletariado, política e ideologicamente amadurecido, vanguardado por um partido consciente dos seus interesses reais e permanentes de classe, não haveria de permitir, jamais, tão espantosa dispersão de forças democráticas, suas aliadas naturais, como a que o PCB está praticamente contribuindo para estabelecer-se no Brasil, nesta hora decisiva de nossa História” (*apud* SILVA, 1976: 202/210).

Ocupemo-nos, pois, das correntes que, refratárias à liderança de Prestes (algumas), ou resultantes (outras) da cisão do bolchevismo russo que repercutiu no Brasil a partir do final dos anos 20, fazem outra leitura do quadro político do pós-guerra e submetem a dura crítica as propostas de União Nacional concebidas pelo PCB.

Após a guerra, trotskistas, reduzidos a uma condição quase vegetativa desde 1938, se unem a grupos de democratas, que preservam cada um a sua identidade e bandeiras, numa frente denominada Coligação Democrática Radical, que deixa como registro de sua efêmera existência, um *Anteprojeto de Programa Técnico-Eleitoral* (1945) onde assumem a bandeira do antifas-

cismo e a crítica ao que consideravam “o cinismo brutal ou as escamoteações do Estado Novo” (CARONE, 1980: 522) responsabilizando as elites dirigentes pelo despreparo político do povo brasileiro e considerando que “as posições assumidas pelo Sr. Getúlio Vargas, na sua longa trajetória pelo poder, o incompatibilizam com os sentimentos democráticos e com os interesses das massas brasileiras” (*apud* CARONE, 1980: 523), embora se mantenham equidistantes em relação ao nome que se coloca como alternativa, resguardando-se assim a liberdade de cada grupo integrante da organização.

Propõe-se uma reversão da orientação personalista da política brasileira e a escolha dos legisladores constituintes considerando-se os compromissos e princípios democráticos e as medidas voltadas para os interesses das massas que viessem a propor, encarando o momento como o de uma reestruturação da ordem constitucional brasileira, em face do que as eleições parlamentares assumiam especial relevância e ressalvando que o “programa de frente única, erigindo-se como denominador comum de diferentes valores políticos, é feito sob o critério exclusivo de um acordo técnico-eleitoral”, acordo imposto pelas circunstâncias e que seria mantido “até que o país entre no gozo de instituições realmente vivas que dêem conteúdo substancial a uma democracia dinâmica, a qual não se detenha nos limites clássicos do liberalismo” (CARONE, 1980: 523).

Remontam aos sucessos de 1930, os estrechamentos e divergências entre comunistas e trotskistas. Estes viam nos acontecimentos que culminaram com a queda de Washington Luiz e a ascensão de Vargas ao poder, uma oportunidade para radicalizar o processo revolucionário. Aqueles consideravam-no uma simples quartelada. Uns e outros foram colhidos pela repressão que se seguiu à fracassada revolução comunista de 1935, indo parar nas prisões ou no exílio.

Após a anistia de 1945, enquanto os primeiros reorganizam-se, ganham as ruas, obtendo surpreendente apoio popular, para o qual não terá sido pequena a contribuição do carisma e do prestígio popular de Prestes, recém-saído da prisão, os últimos, que a repressão estadonovista reduzira a simples grupos de propaganda, se retraem, subsistindo através de pequenos grupos

³ Meireles cita entre estes soldados, Juarez Távora, Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias e outros que comporiam, dezoito anos mais tarde, o *staff* de um Estado Novo de perfil udenista que, mais uma vez, pelo golpe, empalmaria o poder em 1964, nele permanecendo por mais de vinte anos, sob governos militares.

reunidos em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo que este último, sob a direção de Mário Pedrosa, edita, ao longo de alguns anos, o jornal “*Vanguarda Socialista*”, cujas propostas não repercutem de modo expressivo na classe operária, mas recuperam e reúnem militantes que a elas aderem⁴.

A posição política desses grupos, expressa na edição de 31 de agosto de 1945, se diferencia pelo apoio que dão à candidatura de Eduardo Gomes que, na visão deles, passaria a ser “o elemento aglutinador na luta contra o Estado Novo e pela redemocratização do Brasil” (CARONE, 1981: 170). Sobre ao Partido Comunista a acusação de ter enfraquecido o campo democrático e de ter dado novo alento ao regime de Vargas, na medida em que estimulavam o movimento queremista e dele participavam:

“Graças ao reforçamento provisório da posição do ditador, seja porque as forças democráticas burguesas não souberam, ainda no começo do ano, pecando por falta de iniciativa tirar partido da situação, seja porque os contingentes mais fortes e numerosos da ‘esquerda’ (os prestistas e os comunistas) se separaram dela, a luta contra o fascismo estadonovista

perdeu o caráter de luta revolucionária de massa pelo poder, para tomar a aparência de uma ‘campanha presidencial’. Democratas burgueses e revolucionários marxistas, socialistas de várias tendências e comunistas dissidentes, tiveram de aceitar a luta no terreno ‘eleitoral’ imposto pela ditadura [...]. Abandonando a luta de classes, perdidos os escrúpulos classistas, Prestes, em troca da possibilidade já hoje problemática de uma participação imediata no poder, sob a fórmula de governo de confiança nacional, com Getúlio à testa, fez-se o adversário mais direto do movimento democrático anti-ditatorial. [...] Assim se atirou a um arriscado jogo sem princípios, cavando um fosso entre ele e a democracia, fiado apenas no aventureirismo do ditador que quer ficar, e numa mobilização superficial de certas camadas proletárias dos grandes centros urbanos. Na medida em que leva os trabalhadores a sustentar o governo, a capitular diante dos patrões e ao conciliacionismo de classes, ele solapa a sua própria posição” (CARONE, 1981: 170-171).

O libelo estampado pela *Vanguarda Socialista* responsabiliza Prestes e “os lacaios assalariados da ditadura”, pelo enfraquecimento das forças democráticas que acorriam para os braços do brigadeiro em proveito das forças conservadoras que o apoiavam, ironiza sua concepção de *burguesia progressista*, que constitui um dos eixos da interpretação histórica do PCB, a qual atribui um sectarismo estreito.

Quase um ano mais tarde, sob o título “*Os Caminhos do Socialismo*” (5/7/1946), Mário Pedrosa veicula no mesmo veículo, a preocupação de seu grupo pelo “que sucedeu com a ditadura bolchevique da era de Lênin, que evoluiu até ao tipo totalitário mais completo que é o stalinismo” (*apud* CARONE, 1981: 175) ao mesmo tempo em que considera como principais alavancas do movimento operário brasileiro a luta pela autonomia sindical e o controle operário sobre a produção, o que implicaria no uso independente de suas organizações, condição por ele considerada essencial para o socialismo e a democracia, embora deixasse em aberto a possibilidade de “haver um partido ultra-radical nos moldes do comunista, capaz de amanhã, por um golpe de audácia, e um trabalho de penetração conspirativa nas forças armadas burguesas, fazer a ‘sua’ revolução” (*apud* CARONE, 1981: 174-175).

No seu modo de ver, isto estaria infinitamen-

⁴ A dissidência trotskista do PCB formaliza-se em 1931, com a constituição da Liga Comunista Internacionalista, que se cinde cinco anos depois, quando Mário Pedrosa, no Rio de Janeiro funda o Partido Operário Leninista (POL) que dois anos mais tarde foi desarticulado pelo aparelho policial a partir da prisão de Patrícia Galvão. Quando volta do exterior, em 1941, Mário Pedrosa dispõe-se a organizar o Partido Socialista Independente, já desligado do trotskismo. Cabe lembrar também o Partido Socialista Revolucionário (PSR), que nasce da rearticulação de Hermínio Sacheta com outros ex-dirigentes regionais do PCB em São Paulo e passa a funcionar como seção brasileira da IV Internacional. O PSR propunha a derrubada da ditadura, a constituição de um governo provisório e a convocação de uma Assembléia Constituinte, contando também com a formação de uma frente operária. Recusou-se, entretanto a apoiar Eduardo Gomes, o que lhe custou duras críticas do jornal “*Vanguarda Socialista*” (ALEM, 1980: 158-159). “Propagandeando a ‘degenerescência’ soviética, inyectivando o PCB como agente dos interesses stalinistas” e fazendo alguma propaganda doutrinária, o PSR praticamente nada conseguiu em termos de ligação com a massa trabalhadora” (ALEM, 1980: 160).

te longe do anseio dos militantes, posto que resultaria na abertura de um período totalitário “sob a férrea ditadura de uma minoria mais interessada em guardar o poder para si do que em permitir que as massas trabalhadoras se emancipassem por sua própria conta, através de erros e acertos” (CARONE, 1981: 175).

Pedrosa ainda via na participação dos lucros, colocada em discussão por iniciativa de parte da burguesia movida por demagogia ou ilusões reformistas, a oportunidade de colocar em questão a formação dos comitês de delegados de empresa, posto que a fiscalização pelos operários dos lucros das empresas, de modo que pudessem auferir a parte que lhes cabe, tinha o mérito de colocar em cogitação o problema do controle sobre a produção, com todas as suas implicações.

Num momento em que a intervenção do Estado na economia tornava-se cada vez maior — observa o mesmo autor, compartilhando as preocupações de Rosa Luxemburgo — é mais importante que tudo assegurar, por todos os meios, a independência da organização do proletariado, sendo que a confiança dos militantes deve ser colocada na capacidade do proletariado de reconhecer seus interesses e de lutar por seus direitos, mais do que nas idéias do guia, nos iluminados, enfim, nos que se pretendem vanguarda esclarecida (CARONE, 1981: 178/9).

Em fevereiro e março de 1945, toma forma a União Democrática Socialista (UDS), por iniciativa de intelectuais da pequena burguesia, que desejavam se fortalecer no seio do operariado. Representava ela uma tendência que buscava afirmar a idéia de um socialismo independente, que se dizia marxista, sem ser ortodoxo. Teve vida curta, uma vez que, para superar as dificuldades da lei eleitoral de maio de 1945 — que ao atingir os velhos partidos oligárquicos, acabou criando embaraços para os pequenos agrupamentos de esquerda — seus adeptos tiveram que entrar na Esquerda Democrática, fundada em 25 de agosto de 1945.

A UDS se propunha somar esforços ao lado das forças liberais e de esquerda contra o Estado Novo, apelando para a união das forças democráticas contra a ditadura. Na visão exposta em seu manifesto, a UDS reconhece a existência de diferenças substanciais entre as duas candida-

turas até então apresentadas, sendo que era a candidatura de Eduardo Gomes que polarizava as forças políticas e sociais abrindo perspectivas novas para uma luta programática que desejavam desenvolver mais tarde, batendo-se pela instauração do socialismo no Brasil e por uma democracia sem classes, para o que julgavam imperiosa uma aliança política das forças representativas do proletariado urbano, da classe média e das massas rurais.

Buscavam os signatários de seu manifesto de fundação, entre eles, Antonio Cândido de Melo e Souza, Germinal Feijó, Israel Dias Novais, Paulo Emílio Sales Gomes e outros integrantes de sua Comissão Provisória de Organização, educar jovens quadros políticos para o socialismo militante e formular, com outros agrupamentos esquerdistas, planos de ação política que considerassem as particularidades históricas e sociais do Brasil, recusando as fórmulas esquemáticas e afastando-se do sectarismo (CARONE, 1981: 3-11).

No mesmo ano, a Esquerda Democrática divulga manifesto (24/8), em que se define como uma reunião de pessoas e organizações voltadas para a defesa dos seguintes princípios: regime representativo, com voto universal, direto e secreto; liberdade de manifestação do pensamento, de organização partidária, de associação e reunião e liberdade de cátedra; liberdade de crença e de cultos; autonomia sindical e direito de greve.

“Democrática por seu método e seus objetivos essa corrente política é igualmente de esquerda porque sustenta, desde logo, que a propriedade tem, antes de tudo, uma função social, não devendo ser utilizada contra o interesse coletivo; e defende um programa de reforma econômica, inclusive uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção, à medida que a exigirem as condições objetivas do desenvolvimento material do país. E tudo isso como expressão da vontade da maioria, manifestada pelo processo democrático” (CARONE, 1981: 13).

O Manifesto da Esquerda Democrática não responsabiliza a democracia pela crise, mas sim a incapacidade da política levada a cabo pela ditadura que, em sua visão, teria conduzido o país a uma desordem financeira e administrativa, com repercussão na vida social e cuja solução pressupunha remédios drásticos e pesados sacrifícios, principalmente das camadas sociais me-

nos favorecidas, sacrifícios que a Esquerda Democrática desejava minorar.

Por conseguinte, tal esforço de reconstrução não poderia “*sair das entranhas da ditadura, sejam* quais forem os adjetivos com que se enfeite a candidatura levantada pelo ‘continuismo’ em desespero, como tábua de salvação no seu naufrágio” (CARONE, 1981: 14). Restava-lhe, então, o apoio a Eduardo Gomes, cuja candidatura, “nascida de um movimento de opinião nacional, apoiada por forças tradicionalmente opostas à ditadura é cercada, por isto mesmo, da confiança de todos os que têm combatido os desmandos da situação inaugurada a 10 de novembro de 1937, abre ao país perspectivas da mais sincera restauração democrática” (CARONE, 1981: 15).

Em face da Lei Eleitoral, a Esquerda Democrática apresenta-se às eleições presidenciais e parlamentares como facção da UDN (União Democrática Nacional), reunindo grupos de tendências diversas: de liberais socialistas a ex-tenentes, socialistas radicais e reformistas, ex-stalinistas e ex-trotskistas, para não falar na flexibilidade a que alude Edgard Carone e que lhe permite manter ligações com facções da burguesia e da oligarquia contrárias ao Estado Novo, então apresentadas como liberais.

Não tardam a surgir sinais de uma política mais esquerdista e independente que, por ocasião de sua Segunda Convenção, realizada em abril de 1947, assume a denominação de Partido Socialista Brasileiro.

Esse conjunto de militantes e agrupamentos que compõem o mosaico da esquerda, no qual pontificava hegemônico o PCB, nunca lograram grande influência no movimento operário e constituíram — como nota Frank Alem — “organizações de diversos tipos e dimensões, formulando propostas alternativas às do PCB, porém assumindo sempre como um fator de aglutinação e negação deste partido ou de sua prática. A dimensão positiva de seus posicionamentos [...] foi sempre suplantada pela preocupação maior de negar o PCB” (ALEM, 1980: 158).

Responsabiliza-se o PCB pelos erros que cometeu e pela vulnerabilidade de suas interpretações da realidade brasileira — o que é justo e

pertinente — mas sem considerar a complexidade de todo processo de transição da guerra para a paz no plano internacional e do regime autoritário modernizante e conservador de Vargas para a democracia no plano interno.

Sair de uma ditadura tem implicações que não foram e nem sempre são devidamente sopesadas, posto que o embate contra a ordem estabelecida, contra o regime de exceção e o esforço de construção de um novo ordenamento institucional acaba por aproximar e reunir forças extremamente heterogêneas e contraditórias, cujo único ponto de acordo muitas vezes é a restauração ou reconstrução das instituições democráticas, mas que perseguem objetivos de natureza diversa e até conflitantes e que, por conseguinte, não é de se supor que possam manter-se unidas na vida democrática ordinária, como estiveram sob as interdições e ameaças de um regime discricionário.

É compreensível que em semelhante quadro haja uma valorização da idéia de democracia, que a todos alberga, sem entretanto escapar dos riscos do ilusionismo político, pois nem sempre se considera e dimensiona o que realmente importa, ou seja, em que medida a mudança de regime ou de governo se faz refletir nas experiências concretas da vida quotidiana do conjunto da população e em que medida significa realmente a possibilidade de influir na definição daquelas políticas que incidem fortemente no mundo do trabalho e na maior ou menor dificuldade de instalação da vida.

Amiúde se responsabiliza o regime autoritário por muitos problemas e impasses que marcam a sociedade brasileira de forma tão pronunciada. É justo que o julgamento da violência e das arbitrariedades que perpetraram seja feito e que seja severo. Por outro lado, reduzir-se a isso a formulação de uma política pode ser uma simplificação grosseira. Há que se ter a coragem de cobrar da democracia e do seu aparato institucional, a promessa de liberdade e justiça que lhe é implícita e de responsabilizá-la também, posto que outra coisa não tem se revelado senão eficaz instrumento de dominação de classe, por vezes uma versão suavizada da ditadura da burguesia, que freqüentemente responde pelo nome de fascismo.

Os grupos a que fizemos referência acima e cujos posicionamentos sumarizamos, mesmo correndo os riscos inerentes a todo sumário, acusam o PCB e seu Secretário-Geral, Luís Carlos Prestes, por terem quebrado — pela aproximação com Vargas — a unidade das forças democráticas, unidade que eles tampouco ajudaram a construir. Afinal, se é pouco crível apostar — como fez o PCB — na burguesia supostamente progressista, tampouco é concebível alimentar a falácia de influir no conjunto de forças que sustentava e embalava a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Num e noutro caso, por aproximação tática do governo ou por uma negação que não deixou alternativas senão a de cair nos braços da UDN, os homens de Prestes e os comunistas e socialistas que buscavam sobreviver reunindo-se nos demais agrupamentos e partidos, elaboraram suas propostas e conceberam suas táticas a partir de uma situação dada.

Os primeiros souberam pelo menos, formular a política capaz de lhes assegurar substancial apoio popular, traduzido em voto, que levou à Assembléia Constituinte de 1946, uma ruidosa e ativa bancada de quatorze deputados e um senador, aos quais se somaram mais dois deputados eleitos em 1947, além de 46 deputados estaduais em 15 estados e numerosos vereadores. Ainda que a força de um partido, que se pensava e queria de “novo tipo”, com uma proposta diferenciada de organização da sociedade, tivesse que considerar também a influência (e o controle?) que desejava exercer sobre a classe operária, a disciplina e o preparo de seus quadros e a combatividade de seus militantes.

Muito pior e de efeitos mais devastadores que os erros e vacilações do PCB, pelos quais tiveram que assumir freqüentes, tortuosas e desconfortáveis autocríticas, foi deixar-se reduzir, — como foi o caso de alguns grupos — a uma condição patética como epígonos de um profeta desarmado que, como considera o historiador François Furet (ao penetrar no passado do que julgou ser uma ilusão), “foi incapaz de tocar nos fundamentos do Estado soviético e jamais ofereceu algo de diferente contra Stalin, a não ser uma polêmica leninista, capaz apenas de dividir o pequeno número de seus partidários”

(FURET, 1995: 338-339).

De um e de outro lado — há que se reconhecer, por mais doloroso que seja — a ideologia foi pulverizada pelas alianças e concessões e pelos embates que precederam e acompanharam a busca de espaços políticos que lhes garantissem a sobrevivência.

Com demasiada freqüência, as idéias, bandeiras e abjurgatórias que brandiam uns contra os outros, serviam como roupas que escondiam a nudez e imprimiam alguma dignidade — quando não uma falsa impressão de seriedade — às intermináveis brigas domésticas, que passavam longe das dificuldades que povoavam a vida quotidiana, muitas vezes traduzida sob a forma de álgidos pontos programáticos. Prevaleceu entre todos, variando a intensidade de acordo com as circunstâncias, “aquela linguagem obrigatória e fictícia [a que se refere François Furet] em que ninguém está autorizado a fazer com que penetre o real e que tende invencivelmente à unidade [...]” (FURET, 1995: 171). De ambos os lados, a urgência das definições, no calor das refregas, deixou sempre em plano inferior a questão dos princípios.

Os documentos, programas e manifestos com os quais os comunistas brasileiros se apresentaram à consideração da opinião pública e do conjunto dos trabalhadores, estão contagiados por uma euforia do pós-guerra que, com freqüência anuvia as implicações de cada passo que dão na execução de sua política. A exaltação dos feitos da União Soviética na guerra, do papel por ela representado na luta contra o fascismo, abafa a realidade de um país que saía da guerra em ruínas e exaurido.

E mais, a confiança que pareciam depositar no ascenso do socialismo que veio na esteira do antifascismo, não lhes permitia perceber que a tendência no Ocidente era a marginalização sistemática ou a contenção dos comunistas na vida política. Apostou-se demais nas possibilidades de que as alianças urdidas em tempo de guerra (e com as simulações e desconfianças que Churchill, por exemplo, nunca escondeu) para fazer frente ao inimigo comum, pudessem sobreviver por muito tempo à paz. Domesticamente, as animosidades da maioria parlamentar que se reunia na Assembléia Constituinte, já não deixava dúvi-

das quanto à desconfiança em relação à atividade legal dos comunistas e emitia sinais evidentes de rejeição; em março de 1946, eram apresentadas duas denúncias, pedindo ao Tribunal Superior Eleitoral, a cassação do registro do PCB, uma delas assinada pelo deputado trabalhista Barreto Pinto.

A orientação que guia a atuação política dos comunistas brasileiros passava pela construção de uma frente popular, com forte apelo ao nacional, para o qual se procurava trazer a burguesia considerada “progressista”. Essa orientação produziu alguns frutos e resultados que ao mesmo tempo que alimentaram polêmicas e estimularam animosidades no seio da esquerda, asseguraram a reorganização do partido, mesmo depois que os eternos vigilantes da democracia o atiraram para fora da lei, expurgando de nossas casas legislativas nos três níveis, todos os seus representantes. Ao cancelamento do registro do partido e à cassação seguiu-se a invasão das sedes partidárias e a prisão de grande número de líderes e militantes.

É possível cobrar dos dirigentes partidários e de Prestes a pouca atenção, para não dizer a cegueira, para com as ameaças que pairavam no horizonte, bem como a confiança excessiva e injustificada na inalterabilidade do panorama internacional. Da mesma forma, é possível reprochar no PCB, a insistência na análise equivocada que via o Brasil como um país semi-feudal, bem como a defesa de uma revolução democrático-burguesa que, se de um lado pareciam se ajustar às necessidades conjunturais do Partido e às suas propostas reformistas, por outro, deixavam em plano muito inferior a luta pelo socialismo e acabavam afastando para um horizonte muito remoto a possibilidade histórica da revolução.

Buscamos, pela contraposição dos textos acima referidos, contribuir para uma história da esquerda que incorpora vozes dissonantes em um de seus momentos mais tensos e desafiantes. À história contada pelo partido que pensa e fala em nome da classe operária, contrapõe-se a história contada pelas correntes que não lograram o mesmo sucesso, resgatando-se um diálogo cujo mérito é por à mostra a fragilidade de cada um. Afinal, conhecer a fragilidade

teórica e política pode ser o passo inicial no sentido de uma reorientação, de uma revisão e autocrítica das análises que lograram produzir, das estratégias e táticas que conceberam, dos paradigmas a que sacrificaram a análise dialética e a imaginação política criadora, expondo-se, vulneráveis, às correntezas da guerra fria.

IV. A DEMOCRACIA OBSTACULIZADA

A expectativa de uma Assembléia Constituinte soberana, capaz de refundar a República, imprimir-lhe um caráter popular, foi frustrada pelo Golpe de Estado de outubro de 1945 e, na seqüência, por outros sucessivos golpes contra as conquistas democráticas do final do governo Vargas, para não falar na participação do Departamento de Estado Norte-Americano, que alimentou a conspiração contra o regime e a abertura que promovia e se tornou ainda mais influente após sua queda. Desobstruiu-se assim, o caminho para que as oligarquias remanescentes e seus aliados liberais e estrangeiros retomassem o poder e invertessem os sinais da política econômica estatizante e nacionalista.

Estamos diante de um ponto de inflexão, onde se impõe pela força, um desvio no caminho previamente traçado. Vargas soubera compreender que o clima que se seguiu à vitória das forças aliadas contra o fascismo, implicava na democratização e recomposição das forças ao nível do poder e — como assinala o historiador Nelson Werneck Sodré — “pretendeu conduzir os acontecimentos, assegurando as conquistas nacionalistas e burguesas que o Estado Novo trouxera, enquanto perdia as características repressivas que apresentava” (SODRÉ, 1965: 287). O golpe desfechado a pretexto de assegurar a democracia representou o eclipse de uma promessa de liberdade e reencontro do país consigo mesmo, contida em atos concretos de Vargas que respondiam às demandas da sociedade, como o relaxamento da censura, a anistia, a fixação de eleições, a liberdade de ação para os comunistas.

“O processo democratizante do pós-guerra deve, portanto, ser analisado e considerado sob duplo aspecto: antes e depois de 29 de outubro. Da mesma forma, a emergência legal do PCB, sua participação no referido processo, seu discurso e sua ação devem ser considerados dentro dos mesmos parâmetros, observando-se, de um lado, as adaptações que a ex-

periência legal impõe ao partido, seja ao nível programático, seja na sua atuação e, de outro lado, como repercutiu no discurso, no posicionamento e na luta do partido, o retrocesso decorrente da queda de Vargas e conseqüente reorientação do processo democratizante” (GIOVANNETTI NETTO, 1986: 38).

Vem em nosso socorro, a lúcida análise que Nelson Werneck Sodré faz daquele momento histórico:

“A deposição de Vargas por um golpe militar de cúpula representava a perturbação deliberada do processo de redemocratização do país, por parte das forças que temiam o avanço desse processo e decidiram-se a travá-lo de qualquer maneira. [...] Tratava-se de estabelecer, no Brasil, em substituição ao regime em liquidação, um dispositivo pretoriano que, ainda sob o formalismo democrático, com eleições e representação, resguardasse as forças retrógradas e lhes permitisse o controle da situação” (SODRÉ, 1965: 288).

Como reagiu a esquerda a uma sucessão de fatos que dela fizeram a primeira e principal vítima? Em manifesto de 3 de novembro, estampado na “*Tribuna Popular*” (6/11/46), oito dias após o golpe, o PCB reafirmava sua posição de luta pacífica pela União Nacional, como única via que conseguia vislumbrar para garantir, ampliar e consolidar a democracia, assegurar nossa independência e liquidar os remanescentes do fascismo, ao mesmo tempo que exalta a maturidade do povo que, orientado pela vanguarda do proletariado, não se deixou arrastar pelos provocadores. Responsabiliza também Vargas pelas concessões que fizera aos reacionários, ao assinar algumas medidas restritivas da liberdade de reunião. O manifesto faz referência também aos atentados que, na mesma noite de 29 para 30 de outubro, foram desfechados contra a sede do partido, do seu jornal e sindicatos, implicando também na prisão de centenas de militantes, populares e proletários em São Paulo.

Considera o PCB, no mesmo documento, que “um governo de fato substitui outro governo de fato”, mas indica aos trabalhadores e ao povo em geral, o caminho da União Nacional e “o apoio decidido ao novo governo para que se liberte dos fascistas e reacionários que ainda o comprometem”. Propõe também uma modificação no Ato Adicional, de modo que, afastadas as candidaturas presidenciais, seja convocada uma Assembléia Constituinte. Repete seu apelo

por ordem e tranqüilidade e conclama os trabalhadores, intelectuais, artistas, escritores e cientistas a não se afastar do caminho da União Nacional.

O partido ressalva, por fim, que prosseguirá na luta pela convocação da Assembléia Constituinte e que no caso de mantido o Ato Adicional e realizadas as eleições então previstas para 2 de dezembro, “fará questão de participar também da eleição para Presidente da República, devendo dentro de breves dias indicar ao povo o candidato que merece o seu apoio, o homem capaz de inspirar confiança à Nação, democrata provado e na altura de executar no governo um programa mínimo de união nacional” (CARONE, 1982: 59/63).

Outra análise dos fatos é emitida pelo jornal “*Vanguarda Socialista*”, na edição de 16/11/45. Lá, a queda do ditador é vista como uma nova fase que se abre para o desenvolvimento nacional. Sobram fortes invectivas para prestistas e comunistas que “tudo fizeram para que os partidários de Eduardo e o aglomerado em torno de Dutra se desmanchassem e Getúlio pudesse novamente impor a sua vontade” (*apud* CARONE, 1981: 258).

Depois de dizer que Prestes se considerava vice-dono do Brasil, o jornal conclui que Prestes ficou sozinho com Getúlio, vítima de seus equívocos, não lhe restando alternativa a não ser seguir a reboque de Eduardo Gomes ou de Dutra e acrescenta jocosamente: “Vê, agora, o pobre ex-cavaleiro, sempre tão quixotesco nas suas tiradas mas tão lamentável nas atitudes, que nada saiu como previra, ou melhor, como profetizava. Ao contrário, tudo saiu exatamente o oposto do que imaginava: ele tem, aliás, a propriedade de errar sempre, infalivelmente; de não enxergar a realidade senão pelo avesso. Não há uma vez só que acerte” (CARONE, 1981: 259).

Prestes é também acusado de isolar o proletariado urbano das forças que se levantaram contra o Estado Novo, enquanto a saída de Getúlio é interpretada como o fim da hegemonia dos grandes industriais e a vitória de Eduardo Gomes como “a inauguração de uma nova política econômica que há fatalmente de contrariar os interesses desses magnatas acostumados até hoje a mamar nas tetas gordas do Estado”

(CARONE, 1981: 261).

Ressalvava entretanto, o referido jornal, que independente da vitória de um ou outro candidato, a preponderância do imperialismo americano se faria sentir em face da dependência em que se achava a economia capitalista nacional diante de Washington e *Wall Street*. Paradoxalmente, os adversários do PCB, investem contra a planificação levada a cabo no Estado Novo, confundindo-a com o totalitarismo mais opressivo e concluindo que o programa econômico liberal ou semi-liberal pregado por Eduardo Gomes poderia atenuar, ainda que momentaneamente, as dificuldades que entendiam derivadas de um intervencionismo estatal absurdo e reacionário — argumento que acabava por favorecer a liberalização da economia na mesma medida que beneficiavam as empresas estrangeiras sob o pretexto de defender o povo consumidor!

“Nossa missão [concluem] não é salvar o capitalismo nacional como pretende Prestes. Nós, socialistas, não estamos interessados nessa tarefa que não compete ao proletariado brasileiro. Nosso dever é lutarmos constantemente para que as classes trabalhadoras possam desenvolver livremente os seus organismos de defesa e políticos, educar-se social, técnica e politicamente, para que em tempo oportuno estejam aptas a assumir um papel decisivo na instituição de uma democracia proletária em nosso país” (*apud* CARONE, 1981: 263).

Comprometem-se por fim, a sufragar o nome do Brigadeiro e pedem aos proletários e simpatizantes que o façam, ainda que resguardando sua independência e reservando-se para a tarefa mais importante, qual seja, a de elaborar sua plataforma socialista.

Da mesma forma, a União Democrática Socialista se coloca como tarefa mais urgente, ajudar na liquidação do Estado Novo e expõe um programa onde define seus objetivos e acaba por considerar que a candidatura de Eduardo Gomes, “polariza forças políticas e sociais capazes de abrir perspectivas para uma luta programática mais definida no futuro próximo — sobretudo pela garantia que encerra de abolição da carta de 10 de novembro e o seu ato adicional, assim como da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, muito embora congregue também alguns representantes dos velhos partidos conservadores” (CARONE, 1981: 11).

O caminho percorrido até aqui e o cruzamento dos documentos através dos quais essas correntes se inseriram no debate da transição para a democracia no pós-guerra permite uma primeira aproximação dos grupos que pensavam a redemocratização na perspectiva da esquerda, ao mesmo tempo que revela o terreno movediço em que os deputados e senadores aos quais o povo delegara poderes constituintes, se reuniram com o objetivo de elaborar a Constituição.

Os acontecimentos que pontuaram o período e os trabalhos legislativos que deram forma à Constituição de 18 de setembro, são reveladores dos limites estreitos e condicionantes em que se operava a democratização e reconstitucionalização do País, notadamente depois de 29 de outubro.

Esses condicionantes possivelmente não justificam, mas explicam os contorcionismos a que se obrigavam as lideranças de esquerda, no sentido de levar avante a democratização, participar do jogo político institucional, assegurar espaços políticos e criar vínculos orgânicos com os trabalhadores visando a construção de um partido de massas, operário e popular, um instrumento ágil de elevação da cultura política do povo, uma força político-partidária expressiva, formadora de opinião e mobilizadora das massas. Foi o caso dos comunistas que se apresentavam como o “partido de Prestes” e o “partido do povo” e que para a persecução desses objetivos tiveram que fazer a política no terreno dos adversários.

Se é verdade que o pensamento é socialmente condicionado, é verdade também que a ação e as práticas de um partido são igualmente condicionadas pelo quadro em que atua, pelos marcos dentro dos quais ele se move, mesmo que ele se coloque como objetivo alterá-lo em seus fundamentos e edificar uma nova sociedade. Vale o mesmo para os que reclamavam o espólio de Lev Davidovitch e praticavam, com os sinais invertidos, erros muito parecidos com os que denunciavam nos outros, uma vez que o jogo político da redemocratização não se reduzia a uma luta contra ou a favor da ditadura, e que os grandes interesses estavam muito bem amarrados nas duas pontas.

Prestes, teve o mérito de perceber que as duas candidaturas que se apresentavam não corres-

pondiam aos interesses dos trabalhadores e não favoreciam uma transição efetiva para uma democracia de participação ampliada. Fiava-se mais em Vargas que em Dutra ou no Brigadeiro e os acontecimentos mais próximos e mais distantes, mostraram que tinha sobejas razões para isso.

Em linhas gerais, pode-se creditar ao PCB, o fato de não se ter prestado ao papel de fiador do golpe. Persistiu o quanto pôde na tese de União Nacional, renovando sucessivos créditos de confiança, um a um desmerecidos no breve interregno de José Linhares e no consulado militar de Dutra. A acusação de colaboracionismo com a continuidade da ditadura se desfaz diante dos manifestos e informes produzidos e divulgados pelo partido e das intervenções de seus representantes, constantes dos Anais da Assembléia Constituinte; lá estão os discursos de Prestes, asperamente aparteados por congressistas conservadores de todos os partidos, para não mencionar as moções de protesto em face das violências do aparato policial contra o partido e seus militantes, que se tornaram cada vez mais freqüentes depois de 29 de outubro.

Procede, por outro lado, a crítica ao forte personalismo que pautou a vida e as práticas do partido, reproduzindo entre dirigentes e dirigidos vínculos de obediência cega resultantes de um centralismo levado até as últimas consequências, onde a palavra e a vontade do chefe não se podia discutir. É presumível o prejuízo que representou ao PCB o afastamento e marginalização de inúmeros quadros que ousaram formular críticas às teorias interpretativas às suas táticas e ao autoritarismo exacerbado de muitas lideranças, práticas, enfim, que inibiam a participação, engendravam o conformismo e a passividade e a repetição esterilizante de palavras de ordem. Essa inflexibilidade, essa incapacidade de ouvir, tão característica do comportamento e da postura de Prestes, fez escola dentro do partido e obstruiu a contribuição de muitos intelectuais, entre eles Caio Prado Júnior, que apontou para a claudicante interpretação da realidade brasileira, decorrente da fragilidade teórica de seus formuladores e dirigentes e, por conseguinte, do apego a um modelo ortodoxo de análise que nunca escondeu a subordinação às diretrizes do PCUS e o culto a Stalin, que saía da guerra com

seus erros esmaecidos pela vitória.

Como o dogma e a palavra de ordem prevaleciam sobre a análise dialética e o sectarismo obstruía a compreensão da realidade concreta e como também a euforia do pós-guerra diante do crescimento das forças democráticas embaraçava a visão das primeiras nuvens densas no horizonte político internacional, com algumas repercussões na política interna, prevaleceram indiscutidos e repetidos até a exaustão aquelas concepções de União Nacional, colaboração de classes e de uma revolução democrático-burguesa capaz de acabar com os “restos feudais” a que Prestes não deixava de fazer referência, sem repetir os sucessivos apelos pela ordem e tranquilidade. “Caímos no exagero [dirá Prestes, em abril de 1948, já espoliado de seu mandato de senador] de ver em qualquer greve ou movimento de massas espontâneo uma provocação perigosa e sempre contrária aos interesses do proletariado. [...] Tudo isso alimentou em nossas fileiras a tendência à passividade, à apatia, trouxe uma certa confusão e dificultava cada vez mais a mobilização das massas” (*apud* CARONE, 1982: 82/3).

Foi assim, desdenhada a crítica de Caio Prado aos erros em que incorreram as forças progressistas brasileiras, que abraçando concepções teóricas decalcadas em modelos estranhos e inaplicáveis à nossa realidade, deixavam de considerar que “a solução dos pendentes problemas sociais e políticos, e as reformas sociais que se impõem, não de ser procurados e encontrados nas mesmas circunstâncias em que se propõem” (PRADO JÚNIOR, 1966: 7). Não é nem um pouco difícil imaginar as implicações do apego ao dogma e no pouco empenho pela aplicação criativa da teoria marxista, na definição de sua linha política e na formulação de seus programas.

O remédio para essa comédia de erros foi uma interminável sucessão de autocríticas, esvaziadas já do sentido e profundidade que Marx lhes atribuía e que se reduziam com freqüência à reprodução em nível nacional de alguma autocrítica levada a cabo pelo PCUS ou a um *mea culpa* que não implicava numa correção de posturas ou em mudanças significativas de direção. Fazia-se autocrítica de modo mecânico e canhes-

tro, com a preocupação mais voltada para a preservação do mando e menos para a correção efetiva de rumos. O resultado foi, com frequência, um interminável zigzague com o delineamento de táticas e programas que ora resvalavam para o oportunismo de direita, ora para um radicalismo de esquerda.

Ainda assim, a experiência do PCB, num difícil período de transição política, inscreve-se como uma das mais bem sucedidas tentativas de organizar um partido de massas, imprescindível para a consolidação da ordem democrática e que se dispunha a participar de um governo popular e progressista. Depõem em seu favor o expressivo apoio popular por ele recebido de um lado e a perseguição implacável que lhe moveram, de outro.

Os fatos expostos e as transcrições que não pudemos evitar e que tornaram o presente artigo maior que o previsto, demonstram pelo menos, o lugar e o espaço ocupado por cada grupo; demonstram quem ficou com o golpe e contra a democratização, albergando-se sob o guarda-chuva de Eduardo Gomes e persistindo nessa posição mesmo depois que o discurso do candidato udenista colou-se com o interesse das forças que o amparavam, assumindo aquele caráter retrógrado e anticomunista, que constituiu apanágio da UDN ao longo de sua existência.

A esta altura, o leitor que nos acompanhou até aqui, se perguntará, com alguma razão, pelo rumo que estas considerações tomaram ao concentrar a atenção na presença da esquerda naquele momento político, deixando em segundo plano a Constituinte em si. Creio que os próprios fatos o demonstram claramente, posto que o mesmo golpe que derrubou Getúlio Vargas, matou no nascedouro qualquer possibilidade de mudanças profundas — via processo constituinte — e esvaziou qualquer perspectiva de soberania daquela Assembléia, que se reúne sob a esfinge de Dutra e cuja subalternidade já afirmamos em outro trabalho.

As eleições de dezembro de 45 não representaram o mais remoto risco — a julgar pelas duas candidaturas com possibilidade de vitória e pelo mecanismo eleitoral assegurador de ampla maioria conservadora. As linhas de continuidade e permanência passavam por fora da Constituin-

te — e por dentro dela, conspurcando-a — enquanto o Marechal Dutra, dispondo-se ao papel de uma velha cerzideira, incorporava aos antigos interesses os novos, com apoio da UDN.

Os constituintes de 46 mantiveram intactas as instituições estadonovistas e só buscaram alterar a orientação político-econômica no que ela apresentava de novo e progressista; preservouse o mecanismo de dominação que manteve o povo afastado do processo decisório. A Carta de 46 é a melhor expressão de uma democracia que se queria restrita e garantidora de poderosos interesses.

A despeito da presença ativa, vigilante e ruidosa da bancada comunista que desde o primeiro momento, desde a primeira intervenção pugnou pela soberania da Assembléia e submeteu o projeto de Constituição a uma crítica abrangente sob o ponto de vista do que entendia ser os interesses populares — para não esquecer da intransigente defesa das liberdades democráticas, do direito de greve, da reforma agrária, da autonomia municipal, além da luta contra a censura, as arbitrariedades da repressão e a denúncia persistente de todos os atos do governo (e não foram poucos) que representavam retrocessos no processo de democratização.

A Carta de 18 de setembro, exprime o caráter do qual a Constituinte se manteve refém, qual seja, o de legitimadora de um golpe de Estado que acabou por definir seus próprios limites e de instrumento garantidor da continuidade na transição e do regime excludente e obscurantista que dela resultou.

A continuidade da ditadura, que tanto temiam os pequenos grupos e partidos de esquerda, a ponto de se envolverem com os liberais e se atirarem no regaço do Brigadeiro, veio por outras mãos — as mãos daqueles que a pretexto de derrubar a ditadura, combatiam um projeto democratizante vinculado à presença e participação das classes subalternas no processo político, ampliando de modo considerável o espectro de forças políticas que dela podiam participar. A própria emergência, organização e legalização do Partido Comunista, revelava-se peça importante de sustentação para o plano democratizante do governo deposto, uma vez que ajudava a mobilizar e organizar aquelas for-

ças imprescindíveis para dar ao novo regime um conteúdo e amplitude muito diferentes daqueles que eram imaginados pelos fiadores do golpe.

Não terá sido fácil a tarefa dos comunistas, empenhados em superar a dicotomia democracia-socialismo, resgatando o primeiro termo sem postergar o último. Viram-se com frequência enredados nas tramas parlamentares, onde fizeram-se ouvir, mas foram permanentemente vencidos nas votações.

Malograram quando tentaram estender o direito de voto aos marinheiros, cabos, soldados, sargentos e analfabetos; perderam a batalha pelo parlamentarismo com eleição indireta; foram igualmente batidos quando pugnavam pela eliminação dos entraves à realização da reforma agrária; perderam também a luta contra a inclusão do ensino religioso como disciplina incluída nos horários das escolas oficiais, para não esgotarmos aqui, o corolário de derrotas inevitáveis dada a ampla maioria de que dispunha a coalizão conservadora. Esvaneceu-se muito cedo a esperança a que aludia Prestes, ao afirmar que “num Parlamento, mesmo reacionário, um só homem digno pode muito fazer da tribuna na defesa dos interesses do povo” (ANAIS, 1947/1951: 38-39).

Procedem então, as perguntas inevitáveis: como foi possível aos grupos minoritários de esquerda mancomunarem-se com a UDN e coonestar o golpe? E como pôde a esquerda hegemônica naquele momento de incertezas, apostar na homologação da vida e dos trâmites parlamentares, cuja podridão e venalidade Lênin já ressaltara⁵, deixando em nível inferior outros mecanismos de participação política direta, principalmente se considerarmos que a vida do Parlamento tem representado entre nós, com demasia-

da frequência, o engessamento da utopia e o clorofórmio da combatividade.

Moveram-se os comunistas do PCB — em face da significativa ampliação dos seus quadros e do crescimento de sua militância, para o que não terá sido pequena a contribuição da política de frente democrática, elegendo a via pacífica como caminho de transição para o socialismo, bem como o trabalho persistente de seus parlamentares pela ampliação dos direitos sociais e a vigorosa oposição movida contra o governo impopular e retrógrado de Eurico Dutra — sob a permanente desconfiança dos fiadores do golpe, dos mantenedores do autoritarismo e de um trabalhismo apreensivo com a penetração do PCB em diversos segmentos sociais e no seio do operariado, o que lhe permitia disputar e obter espaços na estrutura sindical. Além disso, a acrimônia dos pequenos agrupamentos de esquerda que concentravam fogo cerrado sobre Vargas e Prestes e reservavam as loas e a condescendência para o Brigadeiro, ajudaram a abrir as portas para o golpe — que aplaudiram — e do qual foram também vítimas, como de resto os trabalhadores.

E moveram-se ainda sob as nuvens densas da guerra fria e da polarização ideológica que não poupou o Brasil e que aqui encontrou os seus serviçais no seio das classes dominantes que comandavam uma sórdida orquestração que apontava os comunistas, apesar das demonstrações em contrário, como instigadores da luta de classes e da desordem, enfim, como inimigos da democracia e da Pátria.

Não é difícil dimensionar — depois de tudo o que expusemos até aqui e de todas as violências e arbitrariedades que a bancada comunista denunciou e logrou inserir nos Anais — a que ficou reduzida a soberania da Assembléia Constituinte de 1946, bem como a natureza autoritária, elitista e excludente, que, malgrado a resistência dos setores progressistas, acabou por prevalecer e de maneira especialmente acentuada nos primeiros cinco anos que se seguiram ao golpe.

Os fatos que vincaram fortemente o curto e denso período sobre o qual nos debruçamos, apresentam-se como fratura exposta de muitas esperanças que se quebraram e repercutiram nos

⁵ “Decidir periodicamente, para um certo número de anos, qual o membro da classe dominante que há de exprimir e esmagar o povo no parlamento, eis a própria essência do parlamentarismo burguês... [...] O meio de sair do parlamentarismo não é, certamente, anular as instituições representativas e a elegibilidade, mas sim transformar esses moinhos de palavras que são as assembléias representativas em assembléias capazes de ‘trabalhar’ verdadeiramente” (LENIN, 1987: 57).

caminhos e descaminhos da esquerda e da própria democracia instável e autoritária que se experimentou até seu colapso final em 1964. Revelam esses mesmos fatos, erros e acertos que projetariam, principalmente os primeiros, sua sombra tortuosa e ameaçadora, sem esconder a precariedade da condição política e humana daqueles que se envolveram nessas lutas.

É papel indeclinável do historiador, examiná-los todos, contrapô-los, revelar as contradições e ambigüidades, posto que não pode ser cúmplice dos erros cometidos pelas forças que compunham o campo da esquerda, senão cumprir seu mister de coligir os dados, compreender e explicar os fatos, sem deixar dúvidas sobre seus pressupostos teóricos ou esconder-se sob máscaras de imparcialidade, além de dialogar com os atores que foram parte da trama que se procurou desvendar, buscando a inteligibilidade do processo em que se inscreveram.

Igualmente importante é não incidir na valorização de um regime constitucional que ficou aquém das promessas que suscitou. Afinal, a

democracia capaz de se deixar permear pelas lutas populares é aquela que extrapola os espaços onde se reúnem e circulam os denominados representantes do povo; é aquela que se conquista no esforço pela organização do movimento social, que busca e concebe instrumentos de intervenção para além dos mecanismos que a ordem burguesa e capitalista reconhece e põe ao nosso alcance. Impõe-se pensar para além dos limites em que essas forças circunscrevem a ação popular.

O contrário disso nos remete para 1946, onde o Palácio Tiradentes torna-se a casa dos sonhos dissipados e de onde, seis meses depois de casado o registro do Partido Comunista, em maio de 1947, foram proscritos, representantes ungi-dos pelo voto popular e atirados junto com milhares de militantes para a clandestinidade. Nesse sentido, sob os olhos complacentes de Dutra, o que era para significar a abertura de novos horizontes à vida do País, foi apenas o réquiem da democracia e da liberdade, que não se fizeram conhecer senão pela metade.

Evaristo Giovannetti Netto é Professor do Departamento de Ciências Históricas da Faculdade de Belas Artes de São Paulo, Mestre e doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEM, Sílvio Frank. (1982). “O PCB e as outras esquerdas — da anistia de 1945 à posse de Dutra”. *Escrita Ensaio*, São Paulo, 10.

ANAIS da Assembléia Constituinte de 1946. (1947/51). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

CARDOSO, Fernando Henrique. (1975). *Autoritarismo e democratização*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CARONE, Edgard. (1980). *A quarta República (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Difel.

CARONE, Edgard. (1981). *Movimento operário no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Difel.

CARONE, Edgard. (1982). *O PCB (1943 a 1964)*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Difel.

FERNANDES, Florestan. (1987). *A revolução*

burguesa no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

FURET, François. (1995). *O passado de uma ilusão*. São Paulo, Siciliano.

GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. (1986). *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo, Novos Rumos.

IANNI, Octávio. (1978). *O colapso do populismo no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LÊNIN, V. I. (1987). *O Estado e a revolução*. São Paulo, Hucitec.

MORAES, Denis de e **VIANA**, Francisco. (1982). *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes.

PANDOLFI, Dulce. (1995). *Camaradas e companheiros*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho.

PRADO JÚNIOR, Caio. (1966). *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense.

SILVA, Hélio. (1976). *1945: por que depuseram Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1965). *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SPINDEL, Arnaldo. (1980). *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo, Símbolo.

VIANNA, Luiz Werneck. (1978). *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

OUTRAS FONTES

Jornal *Tribuna Popular*.

Jornal *Vanguarda Socialista*.

